



**A REALIDADE DA INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA**

**THE REALITY OF THE INCLUSION OF HEARING DISABILITIES IN  
ARAÇATUBA PUBLIC SCHOOLS**

Carolina Alves Gonzalez<sup>1</sup>

Natacia Clemente Batista

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta um estudo acerca das formas de atendimento à alunos surdos, tendo por base a análise da literatura da área, da legislação que trata do assunto e, ainda, do relato de docentes de escolas que prestam tal atendimento. Tivemos como objetivo central verificar de que maneira as escolas atendem os alunos surdos, tanto no que tange às atividades desenvolvidas pelos professores da sala de aula regular como nas ações do AEE. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas com seis professoras em três escolas públicas de Ensino Fundamental I do município de Araçatuba, sendo três professoras da sala regular e três da sala de AEE, para analisar se o atendimento converge com a legislação e a literatura da área.

**Palavras-chaves:** Atendimento Educacional Especializado, Aluno Surdo, Inclusão.

**ABSTRACT:** The present work presents a study about the ways of attending to deaf students, based on the analysis of the literature of the area, the legislation that deals with

---

<sup>1</sup>Centro Universitário Toledo, UNITOLEDO (2018).

the subject and also the report of teachers from schools that provide such assistance. Our main objective was to verify the way in which schools attend deaf students, both in relation to the activities developed by teachers in the regular classroom and in the actions of the ESA. For the development of the research, interviews were carried out with six female teachers in three public schools of Elementary School I of the city of Araçatuba, three teachers of the regular classroom and three of the ESL room, to analyze if the attendance converges with the legislation and literature of the area.

**Keywords: Specialized Educational Assistance, Deaf Student, Inclusion.**

## **1. INTRODUÇÃO**

De acordo com os interesses existentes pelas pesquisadoras em relação ao que se refere à Educação Especializada, nasceu a curiosidade de se aprofundar no assunto, fazendo uma pesquisa acerca da temática. Com o auxílio de uma professora de Atendimento Educacional Especializado, especialista na área de deficiência auditiva, o tema foi levantado a fim de conhecer como ocorre atendimento especializado para alunos com deficiência auditiva e surdos em algumas escolas públicas de Ensino Fundamental I no município de Araçatuba.

## **2. DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ: CONCEITOS**

Deficiência auditiva é o nome usado para indicar a perda de audição ou a diminuição de detecção de sons, sendo um problema sensorial não visível que acarreta sérias consequências aos indivíduos nos aspectos cognitivo, cultural e social, (SCLAIR, CABRAL, 1991).

A deficiência auditiva pode se caracterizar por um problema adquirido ou hereditário, ou seja, pode ocorrer, por exemplo, de o bebê nascer com a audição perfeita, mas devido a lesões ou doenças, ocorrer a perda gradativa ou total da audição. Também fatores relacionados às doenças degenerativas do sistema nervoso, como

problemas renais, retardamento mental, infecção viral, distúrbios metabólicos, eritroblastose fetal, prematuridade e trauma de parto. Diversas síndromes como Waardenburg, Pendred, Jervel, Usher e Albinismo, também podem ocasionar tal perda. A surdez e deficiência auditiva podem ser ainda adquirida por distúrbios inflamatórios, infecção bacteriana e viral (como sarampo, meningite, gripe, rubéola, parotidite, labirintite, encefalite, sífilis) e lesões traumáticas (como trauma acústico e fraturas de temporal) que podem afetar o ouvido interno, (OLIVEIRA, VASCONCELOS & OLIVEIRA, 1990).

Embora algumas causas da deficiência auditiva e surdez sejam parecidas, a surdez quando congênita pode ser consequência das seguintes causas: pré-natais (antes do nascimento) de origem hereditária e de origem não hereditária (causas exógenas) como infecções maternas citomegalovírus, sífilis, herpes, toxoplasmose, drogas ou alcoolismo materno, diabetes e outras doenças maternas graves. Causas perinatais (no nascimento) como prematuridade ou baixo peso ao nascimento, trauma de parto, doenças hemolíticas do recém-nascido (icterícia grave de recém-nascido). Causas pós-natais (após o nascimento) como diversas infecções (meningite, encefalite, parotidite, epidêmica, caxumba, sarampo, drogas tóxicas, perda auditiva introduzidas por ruídos e traumas físicos que afetam o osso temporal. (MARCHESI, 1995).

Com base na classificação do *Bureau International d'Audiophonologie-BIAP* e da Portaria Interministerial N°. 186, de 10/03/78 (BRASIL, 1995), consideram parcialmente surdo os indivíduos que apresentam, respectivamente, surdez leve ou moderada e surdez severa ou profunda.

Conforme o mesmo documento tem-se, em relação à surdez, a seguinte classificação:

**PERDA AUDITIVA LEVE:** A perda auditiva é de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras, mas não impede a aquisição normal da linguagem, embora esta possa ser a causa de algum problema articulatorio ou dificuldade na leitura e/ou escrita. Em geral, tal indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe é falado.

**PERDA AUDITIVA MODERADA:** A perda auditiva está entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra; é frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, problemas linguísticos mais graves. Em geral, os indivíduos com surdez moderada identificam as palavras mais significativas, apresentando dificuldade em compreender outros termos de relação e/ou frases gramaticais. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão individual para a percepção visual (BRASIL, 1995, p.17).

E ainda,

**PERDA AUDITIVA SEVERA:** A perda auditiva está entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda permite que o indivíduo apenas perceba sons fortes e conhecidos, podendo ele atingir a idade de quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal dependerá, principalmente, da aptidão do indivíduo para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações

**PERDA AUDITIVA PROFUNDA (SURDEZ):** A perda auditiva é superior a noventa decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba e identifique a voz humana, impossibilitando-o de adquirir a linguagem oral (idem, p.18).

Assim, os indivíduos com perda auditiva ou surdez devem ser diagnosticados de forma que possam ser atendidos de maneira integral durante toda a sua vida.

## **2.1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA: FORMAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL**

A presença e as formas de atendimento dos deficientes auditivos na escola serão discutidas na presente seção sob a ótica das políticas públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, define educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Art. 58)

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

Assim, a LDB garante aos alunos que possuem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação a igualdade de direitos no que tange ao atendimento educacional. Conclui-se que o atendimento educacional a esse público deverá ser feito preferencialmente na sala regular ou em classes especiais, escolas especiais ou serviços especializados.

Ainda sobre as políticas de atendimento educacional aos deficientes auditivos, no Brasil existem dois documentos que asseguram ao surdo ou deficiente auditivo o direito a sua língua: a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial dos surdos no Brasil. Alguns anos depois de sua edição, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002 passou a garantir algumas ações voltadas à educação dos surdos, considerando suas características linguísticas.

Segundo o Decreto nº 5.626/2005, o aluno com deficiência auditiva tem direito a uma educação bilíngue nas classes regulares. Para tanto, é garantida a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, como segunda língua. Por isso, a Língua Brasileira de Sinais deve ser trabalhada com crianças surdas ou deficientes auditivas o mais cedo possível.

No Art. 16 do Decreto nº 5.626/2005 é destacado que “A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização”. Fica claro, dessa forma, a priorização do ensino de Libras como forma de prestação de atendimento especializado para esse público.

Percebe-se, portanto, que a legislação traz explicitamente formas de atendimento às pessoas deficientes. Sendo objetivo do presente trabalho a investigação dessas formas de atendimento. Entendemos a importância dos documentos legais que tratam do assunto e que determinam como obrigatória a oferta por parte dos sistemas de ensino, de um atendimento especializado e organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos.

Interessa-nos ainda, como tais determinações legais se materializam nas escolas. Assim trataremos, a seguir, da inclusão do deficiente auditivo no contexto da escola.

## **2.2 INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO: O TRABALHO DA ESCOLA**

A inclusão veio para trazer a ideia de que é necessário que a sociedade se conscientize para se tornar acessível a todas as pessoas que um dia foram excluídas, principalmente para quem possui deficiência. Esse conceito surgiu para mostrar que, se a sociedade não mudar as pessoas vão continuar excluídas, exatamente porque a sociedade é repleta de obstáculos.

Em 6 de julho de 2015, por meio da Lei Nº 13.146, a inclusão ganhou força para beneficiar todas as pessoas com deficiência. Assim se concretiza a garantia de direitos, que incluem a questão educacional.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Na última década, autores Buffa (2005) e Mazzota (2005) observaram uma evolução em relação às práticas inclusivas. Segundo eles, a inclusão e seus conceitos políticos e sociais não foram integrados totalmente no dia a dia da sala de aula, o que causa agitação no meio escolar e insegurança nos pais. Estão muito presentes, ainda, a falta de conhecimento e o preconceito voltado às pessoas deficientes.

As práticas de inclusão tiveram início nos anos de 1980 e se estabeleceram na década de 1990. A inclusão, diferente da interação, propõe algumas mudanças na sociedade, fazendo com que ela seja capaz de receber e acolher corretamente os alunos com deficiência, (BUFFA, 2005; MAZZOTTA, 2005).

O objetivo da educação, portanto, não consistirá na transmissão de verdades, informações, demonstrações, modelos etc., e sim em que o aluno aprenda, por si próprio, a conquistar essas verdades, mesmo que tenha que realizar todos os tateios pressupostos por qualquer atividade real. Autonomia intelectual será assegurada pelo desenvolvimento de personalidade e pela aquisição de instrumental lógico-racional. A educação deverá visar que cada aluno chegue a essa autonomia. (MIZUKAMI,1986, p.71)

A escola precisa considerar as necessidades do aluno, oferecendo adaptações no ambiente físico e nos procedimentos educacionais, tendo uma preparação adequada para atender os alunos deficientes e proporcionar diversas possibilidades de aprendizagem, diferenciando seu currículo, ampliando sua atuação, considerando sempre o contexto histórico em que o aluno está inserido e suas diferentes realidades. É essencial que as escolas problematizem as situações de aprendizagem, despertem nos alunos o espírito crítico para o desenvolvimento de sua autonomia, preparando-os para o exercício da cidadania e promovendo sua qualificação para o trabalho, nos termos do que está definido na Carta Magna e assegurado como direito de todos.

Assim como a escola, o papel do professor da sala regular e especializada é fundamental para que a inclusão do aluno surdo aconteça de maneira positiva. Seu papel é procurar caminhos para promover a construção do conhecimento, criando condições para ajudá-lo a superar suas dificuldades. O professor precisa organizar conteúdos e metodologias e oferecer oportunidades de aprendizagem para que todos os alunos consigam aprender. É importante lembrar que é indispensável o trabalho com os demais alunos para que a adaptação de ambos aconteça de forma favorável, na aprendizagem e na interação.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial (BRASIL, 2008, p.17 e 18).

Além de uma formação adequada, o professor da sala especializada precisa dar assistência para o professor da sala regular e receber apoio necessário de todos envolvidos no meio escolar.

Diante do que foi apresentado até o momento, entendemos a necessidade de realizar uma investigação acerca do atendimento educacional especializado em situações reais. A seguir apresentaremos os elementos da pesquisa realizada.

### **3. METODOLOGIA**

Tendo em vista que o presente trabalho objetivou a investigação das formas como ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos deficientes auditivos e surdos, optamos por uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, onde nos baseamos em livros, documentos específicos, e como principal instrumento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. Realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo, composto de entrevista com roteiro prévio e de modo a permitir respostas amplas e livres em relação às experiências de docentes entrevistados.

Realizamos uma investigação para identificar quais escolas públicas de ensino fundamental I no Município de Araçatuba atendem atualmente alunos surdos, com informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba. Como resultado, encontramos três escolas<sup>2</sup>, nas quais realizamos entrevistas com as docentes, sendo três professoras da sala de AEE e três da sala regular.

Para a realização das entrevistas utilizamos um roteiro contendo cinco perguntas para as professoras de AEE e sete para as professoras da sala regular. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas conforme segue.

### **4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA**

---

<sup>2</sup>Escola A identificada por ser a primeira escola pesquisada, escola B identificada por ser a segunda escola pesquisada, escola C identificada por ser a terceira escola pesquisada.



Nas entrevistas realizadas com as professoras de AEE, pretendíamos compreender suas concepções acerca do que é o AEE. Assim, tivemos como resultado o que segue:

A professora do AEE da escola A entende que AEE é um atendimento educacional especializado e consiste em um serviço que precisa de vários recursos para ser oferecido, incluindo a tecnologia assistiva como forma de promover a autonomia e a independência da criança com deficiência. Da mesma forma as professoras de AEE das escolas B e C concordam com o objetivo citado pela professora da escola A e complementam que o AEE é um tipo de apoio para estimular o desenvolvimento do aluno.

Para a professora da escola A, o objetivo do seu trabalho, e o que se espera dele, é proporcionar ao aluno deficiente o auxílio na autonomia, autoestima, independência e condições para atuar na sociedade, para que ele tenha melhores condições de vida. E ela espera como resultado de seu trabalho, que ao decorrer das aulas o aluno desenvolva habilidades significativas para que futuramente consiga se comunicar e ser independente na sociedade em geral. Para a professora da escola B, o objetivo de seu trabalho é atender os alunos com necessidades especiais, para trabalhar a inclusão em caráter colaborativo com a professora da sala regular, a comunidade escolar e em parceria com a família. Espera-se que, por meio dos trabalhos desenvolvidos, o aluno possa superar as dificuldades de comunicação, possibilitando melhor socialização e interação com seus pares, a comunidade escolar em geral e sua família, assim promovendo a inclusão. E a professora da escola C, tem como objetivo de trabalho preparar o aluno para que ele consiga ultrapassar as barreiras do dia a dia enquanto aluno. Mediar a aprendizagem do aluno em parceria com a professora da sala regular para que ele aprenda e ensine com os demais alunos também foi citado como objetivo. E espera, ainda, que no decorrer do tempo, o aluno se sinta incluído dentro da sala de aula regular e que ele se desenvolva a despeito de suas limitações.

Quanto ao atendimento, as professoras das escolas A, B e C, informaram que atendem os alunos em suas salas específicas duas vezes por semana com duração de uma hora cada atendimento. A professora da escola A desenvolve suas atividades conforme as habilidades e desempenho do aluno, procurando sempre utilizar a Libras e a Língua Portuguesa escrita. As atividades são elaboradas sempre incentivando o aluno a construir sua autonomia e seu desenvolvimento, como trabalhar com fotos, imagens, jogos, entre outros. A professora da escola B desenvolve as atividades de acordo com um plano de atendimento educacional especializado, que trabalha o estímulo do aluno na aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e também a Língua Portuguesa escrita. As atividades trabalhadas são jogos pedagógicos para aprimorar a aprendizagem em Libras, estimulando a escrita e sua representação de maneira gradativa. Também trabalha com materiais para desenvolver raciocínio lógico, contextualizando a Matemática a partir de imagens relacionadas aos sinais. Além desses materiais, utiliza livros imagéticos, vídeos, figuras, números móveis, materiais concretos e sequências lógicas. Já a professora da escola C trabalha com jogos para surdos, utilizando-se de associação de objetos com imagens, letras e números móveis e atividades que estimulam o desenvolvimento em ambas as deficiências, pois o aluno atendido por ela além de surdo, tem baixa visão.

De acordo com o relato das professoras, o contato com as professoras da sala regular se dá por meio de encontros nas reuniões denominadas HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo). A professora da escola A, além do encontro na HTPC também está dois dias da semana em horário de aula para, se necessário, auxiliar a professora da sala regular em suas atividades. Já as professoras das escolas B e C realizam aulas de Libras uma vez por semana na sala regular. A professora da escola B também ensina Libras nas HTPCs para os demais professores, por meia hora.

Os planejamentos das aulas acontecem semanalmente de acordo com as propostas curriculares, segundo o relato das professoras das escolas A, B e C. As discussões ocorrem na HTPC onde há relatos sobre as práticas e trocas de experiências,

e, se necessário, esclarecimento de dúvidas quanto aos assuntos que serão abordados no decorrer da semana.

Nas entrevistas realizadas com as professoras da sala regular, pretendíamos compreender suas concepções acerca de suas práticas e vivências com os alunos surdos e com as professoras do AEE. Tivemos como resultados o que segue:

Em relação ao que é o AEE e em que consiste, as professoras das escolas B e C concordaram com a professora A, no que diz respeito ao AEE: “É um atendimento especializado que visa trabalhar as necessidades especiais de alunos deficientes ou com superdotação, tem como objetivo trabalhar junto com a professora da sala de AEE para obtenção de melhores resultados”.

As três professoras atendem na sala regular um (1) aluno surdo, todos frequentam a sala de AEE. O aluno da professora C, além desurdo, tem baixa visão e é acompanhado todos os dias por um intérprete na sala regular.

As professoras A, B e C da sala regular são acompanhadas pelas professoras do AEE, mantendo sempre contato. De acordo com a professora A, seu contato com a professora do AEE acontece nas reuniões de HTPC todas as segundas-feiras, para planejar as atividades que serão trabalhadas durante a semana. No meio da semana a professora da sala de AEE fica à disposição para tirar dúvidas e dar sugestões. Os planejamentos conjuntos ocorrem no começo do ano, quando alguns objetivos são elaborados para serem alcançados durante o ano com o aluno surdo. Toda semana é feito um semanário em conjunto, para facilitar a criação de atividades adaptadas para esse aluno.

Os relatos das professoras B e C são condizentes. Além de ter o contato com a professora do AEE na HTPC, elas participam das aulas de Libras que acontecem uma vez por semana na sala regular, sempre interagindo e dando continuidade nas atividades, que têm como foco principal a comunicação dos demais alunos com o aluno surdo. Se for necessário, elas se encontram em momentos intervalo para esclarecer dúvidas. Em

relação aos planejamentos conjuntos, as duas professoras concordam que procuram trabalhar temas relacionados na sala regular com a sala de AEE.

O trabalho realizado na sala regular da professora A com o aluno surdo é de forma inclusiva, pois coloca-o na primeira carteira. Segundo ela, realiza atividades em grupos e sempre conscientiza os demais alunos sobre a importância da inclusão e respeito ao próximo, visando sempre ajudar esse aluno em suas dificuldades e respeitando o tempo dele. A forma de trabalho da professora B é semelhante ao da professora A, mas acrescenta que seu objetivo é ensinar tudo a todos, e se preciso, proporcionar apoio específico ao aluno deficiente. Sempre pede, para que este a auxilie nas organizações das atividades e jogos assim, ele se sente totalmente incluído.

Como a professora C tem em sua sala um intérprete que está cem por cento do tempo com o aluno, a rotina da sala não é muito diferente, as atividades específicas para ele são o uso de figuras coloridas, objetos concretos, tampinhas, Lego, jogos, letras móveis e a datilologia<sup>3</sup> que é algo muito trabalhado. O aluno participa de todas as atividades propostas. Segundo a professora, ele tem apresentando grande melhora em sua comunicação com os demais alunos, inclusive com a professora da sala de AEE.

Para finalizar, as respostas obtidas pelas professoras A, B e C são correspondentes ao o que se refere às expectativas de seu trabalho dentro da sala regular. Segundo elas, é fundamental que aluno aprenda a se expressar para compreender o mundo e ser compreendido, que seja capaz de atingir seus objetivos e sonhos, que aprenda a se comunicar em qualquer ambiente, que saiba ter autonomia na escola, em casa e em todos os ambientes frequentados por ele e que, acima de tudo, ele garanta seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho vencendo suas limitações.

#### **4.1 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DO AEE**

---

<sup>3</sup>Datilologia - É a soletração de uma palavra utilizando o alfabeto digital ou manual de língua de sinais.

De acordo com os dados apresentados, é possível inferir que as três professoras da sala de AEE entrevistadas têm conhecimento do que é o Atendimento Educacional Especializado e qual é a sua importância.

Acerca dos objetivos do trabalho delas e o que se espera de um professor de AEE a posição das três professoras da sala de AEE são complementares. Enquanto as professoras A e B focalizam a parceria que elas têm com a professora da sala regular, a professora C deixa claro que objetivo de seu trabalho é baseado no auxílio ao aluno.

Quanto ao atendimento, as três professoras têm períodos pré-determinados de atendimento a esses alunos que acontece duas vezes por semana durante uma hora, e as atividades desenvolvidas tem o objetivo de reforçar libras como uma primeira Língua e a Língua Portuguesa como uma segunda Língua. As professoras B e C utilizam-se de materiais didáticos específicos para reforçar essa ideia.

O contato com as professoras das salas regulares acontece na HTPC e somente as professoras B e C realizam aulas de Libras nas salas regulares. Assim, elas conseguem um maior contato com a professora da sala regular.

De acordo com as professoras A, B e C o planejamento das aulas acontece semanalmente, podendo ser conjunto com as professoras da sala regular ou individual.

#### **4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DA SALA REGULAR**

Em relação ao entendimento das professoras A, B e C sobre o que é o Atendimento Educacional Especializado e em que consistem, as três apresentaram conceitos complementares deixando claro seu conhecimento sobre o assunto.

O contato das professoras A, B e C da sala regular com as professoras de AEE, acontece nas reuniões de HTPC e as professoras B e C complementam seu contato com a professora de AEE nas aulas de Libras.

Os trabalhos realizados com os alunos surdos na sala regular da professora A e B são semelhantes, pois ambas focam na inclusão dos alunos trabalhando sempre com o todo. E a professora C conta com o auxílio do intérprete.

Por fim, as três professoras esperam como resultado de seu trabalho, que o aluno supere suas dificuldades construindo autonomia para se desenvolver no meio social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o que foi discutido e com base nos estudos realizados em livros e na legislação, podemos compreender que nas escolas de Ensino Fundamental I do município de Araçatuba que foram analisadas e pesquisadas, o trabalho que é realizado no AEE demonstra grande coerência com aquilo que a legislação e a literatura determinam como um atendimento educacional especializado efetivo. O que é preconizado, tanto na Constituição Federal como na LDB a respeito desse atendimento educacional especializado, é feito nas escolas pesquisadas, contando com a parceria entre professores da sala regular e professores da sala de AEE.

O aluno tem Libras como primeira Língua e, por meio dela, trabalha os outros conteúdos, inclusive os de Língua Portuguesa.

Embora a professora da sala regular da escola C não tenha demonstrado muita interação com a professora do AEE, pelo fato de existir um intérprete, não nos parece que essa interação não aconteça.

Ao analisar as respostas obtidas, podemos compreender de maneira explícita a forma como as professoras trabalham em conjunto e individualmente. Percebemos que as professoras procuram realizar seu trabalho de maneira organizada e planejada. Cada escola tem sua cultura e seu modo de ensinar, mesmo assim as professoras demonstram a importância dada à inclusão no contexto escolar, incluindo o aluno surdo e priorizando seu desenvolvimento e autonomia.

Faz-se necessário, contudo, esclarecer que não foi objeto do presente trabalho acompanhar a rotina que materializa o AEE nas escolas pesquisadas. Contudo, parece-nos importante sublinhar que tal perspectiva deve ser considerada, uma vez que é no dia a dia do atendimento educacional que o discurso, a política educacional e os conceitos se concretizam.

Cabe aqui apresentar a importância e a oportunidade para que a presente pesquisa possa ser ampliada no sentido do acompanhamento da rotina escolar *lócus* fundamental do efetivo atendimento educacional especializado.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS – E dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF.

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUFFA, M. J. M. B. O que os pais de crianças deficientes auditivas devem saber sobre a escola. In: BEVILACQUA, M.C.; MORET, A.L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005.

DECRETO Nº 5.626/2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000.

MARCHESI, A. Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. In Coll, C. Palácios, J. e MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC/SEESP - Secretaria de Educação Especial. Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Auditiva. Brasília, DF: 1995.

MIZUKAMI, M.G.N. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1989.

OLIVEIRA, T. M. F.; VASCONCELLOS, A. M.; OLIVEIRA, J. A. Diagnóstico precoce da deficiência auditiva na criança. Temas de Pediatria Nestlé, 46, p. 1-14, 1990.

SCLIAR, CABRAL, L. Introdução à psicolinguística. São Paulo: Ática, 1991.